

“PARA A BOA SEGURANÇA DAQUELA FRONTEIRA”: ORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DE SOLDADOS DA TROPA PAGA NA CAPITANIA DO RIO NEGRO (1754-1773)

“FOR THE GOOD SECURITY OF THIS FRONTIER”: ORGANIZATION AND MOBILIZATION OF PAID TROOPS IN THE RIO NEGRO CAPTAIN (1754-1713)

“POR LA BUENA SEGURIDAD DE ESA FRONTERA”: ORGANIZACIÓN Y MOVILIZACIÓN DE SOLDADOS DE TROPA PAGA EM LA CAPITANÍA DE RIO NEGRO (1754-1773)

Leonardo Augusto Ramos Silva¹

78

Resumo

Este artigo volta-se para a organização e mobilização de soldados, da tropa paga, na capitania de São José do Rio Negro, durante o reinado de D. José I. A demarcação de limites, a vigilância das áreas de fronteiras externas e a manutenção da ordem interna implicaram no processo de ocupação e defesa da “fronteira ocidental” do Estado do Grão-Pará e Maranhão, o qual foi caracterizada pelo envio de homens, armas e outros apetrechos de guerra. Com o contingente militar destacado para esta fronteira, criou-se a “guarnição do Rio Negro” em 1754, da qual tornou-se a mais importante medida de defesa para a região durante o ministério de Sebastião José Carvalho de Melo. O trabalho busca compreender como estes homens foram organizados e para quais locais da capitania do Rio Negro foram destinados. Através desta abordagem, vislumbramos os significados que foram atribuídos à defesa dos sertões amazônicos no território da capitania do Rio Negro. Essa questão é possível por meio da análise histórico-documental de correspondências entre autoridades coloniais da capitania do Rio Negro e do Estado do Grão-Pará e Maranhão, as quais estão contidas no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Público do Estado do Pará.

Palavra-chave: Soldados; Tropa paga; Defesa; Fronteira; Rio Negro; Século XVIII.

Abstract

This article focuses on the organization and mobilization of soldiers, of the paid troops, in the captaincy of São José do Rio Negro, during the reign of D. José I. The demarcation of limits, the surveillance of the areas of external borders and the maintenance of the internal order implied in the process of occupation and defense of the “western frontier” of the State of Grão-Pará and Maranhão, which was characterized by the sending of men, weapons and other war paraphernalia. With the military contingent deployed to this border, the “Garrison of Rio Negro” was created in 1754, which became the most important defense measure for the region during the ministry of Sebastião José de Carvalho e Melo. The work seeks to understand how these men were organized and to which places in the captaincy of Rio Negro they were destined. Through this approach, we glimpse the meanings that were attributed to the defense of the Amazonian hinterlands in the territory of the captaincy of Rio Negro. This question is possible through the historical-documentary analysis of correspondences between colonial authorities of the captaincy of Rio Negro and the State of Grão-Pará and Maranhão, which are contained in the Arquivo Histórico Ultramarino and the Arquivo Público do Estado do Pará.

Keywords: Soldiers; Pay troop; Defense; Border; Rio Negro; 18th century.

¹ E-mail: leo.arsilva147@gmail.com

“Para a boa segurança daquela fronteira”: Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)

Resumen

Este artículo se centra en la organización y movilización de soldados, de la tropa paga, em la capitania de São José do Rio Negro, durante el reinado de D. José I. La demarcación de límites, la vigilancia de las áreas fronterizas externas y el mantenimiento del orden interno implicaron el proceso de ocupación y defensa de la “frontera occidental” del Estado de Grão-Pará y Maranhão, que se caracterizó por el envío de hombres, armas, y otros equipos de guerra. Com el contingente militar desplegado en esta frontera, se creó em 1754 la “Cuartel de Río Negro”, que se convirtió en la más importante medida de defensa de la región durante el ministerio de Sebastião José de Carvalho e Melo. El trabajo busca comprender cómo se organizaban estos hombres y a qué lugares de la capitania de Río Negro estaban destinados. A través de este abordaje, vislumbramos los significados que se le atribuían a la defensa del interior amazónico en el territorio de la capitania de Río Negro. Esta pregunta es posible através del análisis histórico-documental de las correspondencias entre las autoridades coloniales de la capitania de Río Negro y el Estado de Grão-Pará e Maranhão, contenidas en el Archivo Histórico Ultramarino y el Archivo Público do Estado do Pará.

Palabras clave: Soldados; Tropa paga; Defensa; Frontera; Rio Negro; Siglo XVIII.

A DEMARCAÇÃO DA “PARTE SETENTRIONAL DO BRASIL”

Na segunda metade do século XVIII, a ocupação militar do *sertão* do rio Negro ganhou notoriedade diante das políticas elaboradas por Sebastião José de Carvalho e Melo, então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Guerra no reinado de D. José I (SAMPAIO, 2011). Em conformidade com o Tratado de Limites de Conquista assinado entre as Coroas ibéricas na cidade de Madri, em 13 de janeiro de 1750, a ocupação militar no interior do continente americano tornou-se uma medida necessária, visto que se justificava pelo princípio *uti possidetis*. No caso do rio Negro, a ocupação militar atendia as medidas inscritas na “Instrução assinada pela Real mão de Sua Majestade a respeito das demarcações da parte norte”, de 24 de junho de 1752, em que D. José I repassava ao primeiro comissário das demarcações e governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para “passar ao rio Negro e mais lugares que necessário for” com a finalidade de “dirigir e executar as demarcações dos sobreditos limites da parte setentrional do Brasil” (MENDONÇA, 2005, p. 455).

Através dessas instruções, demarcar os sobreditos limites significou um processo duplo e dinâmico: 1) a expansão colonial para o interior do continente americano; 2) a “conservação dos domínios por aquela parte do *sertão*” através de medidas de diversas naturezas – de ocupação, povoamento, econômica e militar (MENDONÇA, 2005, p. 67). Para execução da demarcação outras medidas administrativas foram estabelecidas como a criação da capitania de São José do Rio Negro, em 03 de março de 1755, tentativa de “estabelecer um terceiro governo nos confins ocidentais deste Estado” do Grão-Pará e Maranhão (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1983, p. 69) e, ao mesmo tempo, suprir o domínio dos missionários em áreas de fronteiras e sobre as populações indígenas, como observou Kenneth Maxwell (MAXWELL, 1996, p. 54).

Com a instalação do governo da capitania do Rio Negro, instaurou-se várias medidas de povoamento como as transformações dos antigos aldeamentos missionários em vilas e povoações (ALMEIDA, 2015); o incentivo ao casamento interétnico e das instruções de crianças indígenas (SANTOS, 2008); as políticas de natureza econômica que fomentavam o comércio das “drogas do sertão” (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS,

“Para a boa segurança daquela fronteira”: Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)

1983, p. 76) e a criação de gado (SANTOS, 2008). Essas atividades possibilitaram que a capitania “rapidamente progredisse”, “mais rapidamente por ventura do que outra nenhuma parte do Brasil, excetuados os portos de mar do sul”, aferiu Robert Southey (1862, p. 331).

Somava-se àquelas medidas, outra que visava a defesa do Rio Negro, sobretudo, para “ficarem mais bem defendidas essas fronteiras confinantes com Castela e Holanda”, como indicou o Bispo do Grão-Pará, Fr. Miguel de Bulhões e Sousa (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1983, p. 76). Dada a importância da defesa da capitania do Rio Negro nesta conjuntura geopolítica da Amazônia colonial, o tema da vigilância da “fronteira ocidental” tem sido pouco estudado pela historiografia. Apesar desse aspecto da governação pombalina ter sido abordado por Adilson Brito (2006), Ângela Domingues (2000), Fabiano Vilaça dos Santos (2008), Francisco Jorge dos Santos (2012) e Patrícia Sampaio de Melo (2011), sob a ótica do processo de expansão das fronteiras no oeste do Estado do Grão-Pará, considera-se que a temática das reformas institucionais do Exército português² e a mobilização dos corpos militares para aquela área fronteiriça acabou sendo relegada a um segundo plano na historiografia amazônica.

Partindo deste pressuposto, o trabalho centra-se na mobilidade das tropas pagas na capitania do Rio Negro durante o ministério de Sebastião José Carvalho de Melo. A primeira parte centra-se na organização das tropas pagas na “fronteira ocidental” do Estado do Grão-Pará, medida de defesa da qual resultou a instalação de uma “guarnição de fronteira” na capitania do Rio Negro no ano de 1754; Na segunda, discute-se sobre a distribuição compulsória de soldados pelos núcleos coloniais localizados nos principais rios amazônicos na capitania do Rio Negro. Deste modo, busca-se compreender a lógica de defesa dos *sertões* amazônicos localizados na capitania do Rio Negro, em especial no que se refere à distribuição de soldados. Essa abordagem fundamenta-se na “História militar do ponto de vista regional” (CASTRO, IZECKSOHN, KRAY, 2004, p. 31), através da análise histórico-documental da correspondência produzida pela burocracia militar, a qual encontra-se disponível nos Arquivo Histórico Ultramarino, *avulsos* do Pará e Rio Negro, e no Arquivo Público do Estado do Pará.

UMA GUARNIÇÃO DE FRONTEIRA: A ORGANIZAÇÃO DAS TROPAS PAGAS

Segundo a definição de Rafael Bluteau e Antonio Moraes Silva, guarnecer uma região significava enviar homens, armas e outros “aparelhos” de guerra (SILVA; BLUTEAU, 1789, p. 414). A guarnição da capitania do Rio Negro foi formada por meio de destacamentos de tropas pagas para a “fronteira ocidental” durante o reinado de D. José I (1754-1777). Ela era composta por oficiais e soldados pertencentes aos dois Regimentos de Infantaria do Estado do Grão-Pará e Maranhão (mais tarde, Grão-Pará e Rio Negro), ou seja, das guarnições da capitania do Pará e da praça militar de Macapá (AHU, cx. 73, doc. 6382).

² Emprega-se o termo “exército” para melhor descrever a organização estrutural dos corpos militares no Estado do Grão-Pará e Maranhão, sobretudo, refere-se aos regimentos de infantaria de Macapá, Pará, Maranhão e um regimento de cavalaria auxiliar no Piauí.

“Para a boa segurança daquela fronteira”: Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)

Para a “fronteira ocidental”, a mobilização dos corpos militares pode ser observada a partir de 1754. De acordo com a noção geográfica cunhada por Sebastião José de Carvalho e Melo, esta região correspondia aos *sertões* amazônicos localizados no ocidente do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a noroeste entre os rios Branco e Orinoco, e a oeste entre os rios Orinoco e Javari (MENDONÇA, 2005, p. 334). A primeira medida de defesa ajustada pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, e executada por seu irmão, o governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão e primeiro comissário das demarcações, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, foi o destacamento de tropas pagas (de infantaria e granadeiros) para guarnecer os rios Solimões e Negro antes da chegada da expedição portuguesa para a demarcação de limites (MENDONÇA, 2005, p. 149).

Para o rio Negro, as tropas de granadeiros deveriam acantonar nos aldeamentos missionários que ficavam nas proximidades da Aldeia de Mariuá, à época, escolhida para abrigar e reunir as tropas destinadas à campanha das demarcações de limites (MENDONÇA, 2005, p. 149). Assim, a aldeia de Mariuá transformou-se em Arraial militar, tendo por função o alojamento das tropas pagas destacadas naquela fronteira (1754-1758), local destinado aos exercícios militares durante a campanha (SILVA; BLUTEAU, 1789, p. 115), neste caso, para os serviços de demarcações de limites e vigilância das fronteiras externas com Castela e Holanda (Arquivo Público do Estado do Pará, doravante APEP, cód. 99, doc. 3, fls. 9-12).

A partir de 1758, com a transformação do arraial em vila e capital da capitania do Rio Negro, Mariuá passou a se chamar de Barcelos, a qual era referida como praça militar. No século XVIII, a “Praça d’armas” era o lugar “onde se acampa o exército” e “onde estavam as munições, petrechos, e vitualhas, que se tiram e levam para as campanhas” (SILVA; BLUTEAU, 1789, p. 227-228). Nela, os soldados e oficiais reuniam-se uma vez ao ano (APEP, cód. 111, doc. 52, fls. 114) ou a cada semestre a partir de 1772³, para fazer “exercícios e estudos” na praça militar e para informar sobre o “estado efetivo” da guarnição através da elaboração dos “mapas do estado efetivo da guarnição de São José do Rio Negro” (Arquivo Histórico Ultramarino, doravante AHU, cx. 69, doc. 5916).

Por outro lado, a mobilização das tropas pagas ocorria de forma contínua para alguns pontos considerados estratégicos pelas autoridades coloniais e esporádico, durante a ocorrência de eventualidades, como guerras ou notícias da presença de estrangeiros. Assim, observou-se que do Arraial de Mariuá ou da Praça de Barcelos as tropas pagas eram destacadas para núcleos coloniais e lugares fortificados localizados às margens dos principais rios da capitania (Amazonas, Madeira, Negro e Solimões), neles formavam-se “guarnições menores”, como veremos no tópico adiante. Além disso, havia destacamentos de tropas para quaisquer diligências militares em espaços diversos, como aldeias, fortificações, fronteiras, pesqueiros,

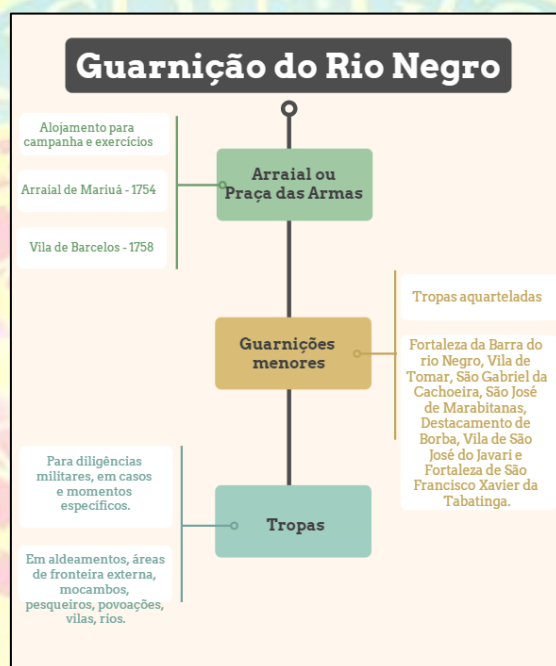
³ 1772: 25 de julho de 1775. **APEP**, pasta de mapas estatísticos digitalizados; 1772 (Dez): **AHU**, avulsos do Pará, cx. 69, doc. 5928, fls. 7 e 9; 1773: 28 de janeiro de 1773. **APEP**, códice 226, doc. 8; 1773 (Jan): 30 de janeiro de 1773. **APEP**, códice 256, Doc. 9, fl. 33; 1773 (Abr-Mai): **AHU**, avulsos do Pará, cx. 70, doc. 6004, fls. 12 e 14; 1773 (Jul): 23 de julho de 1773. **APEP**, códice 226, doc. 12; 1774 (Jan): **AHU**, avulsos do Pará, cx. 72, doc. 6095, fl. 20 e 22; 1774 (Dez): **AHU**, avulsos do Pará, cx. 73, doc. 6194, fl. 8 e 10; 1775 (Jul): **AHU**, avulsos do Pará, cx. 75, doc. 6273, fl. 6; 1775 (Dez): **AHU**, avulsos do Pará, cx. 74, doc. 6259, fl. 7 e 9; 1776 (Jun): **AHU**, avulsos do Pará, cx. 75, doc. 6333, fl. 4 e 6; 1776 (Dez): **AHU**, avulsos do Pará, cx. 76, doc. 6377, fl. 8 e 10; 1777 (Jun): **AHU**, avulsos do Pará, cx. 77, doc. 6422, fl. 8 e 10; 1777 (Dez): **AHU**, avulsos do Pará, cx. 79, doc. 6580, fl. 10 e 12.

“Para a boa segurança daquela fronteira”: Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)

povoações, quilombos, rios e vilas. Estas expedições constituíam-se por uma força militar composta de “gente de guerra”, moradores e indígenas (VIANA, 2015, p. 107-110) organizados em “unidade militares” menores, como “companhias, esquadrões ou batalhas” (SILVA; BLUTEAU, 1789, p. 495).

Dessa forma, observando a mobilização das tropas pagas durante o período proposto, inferimos a estrutura organizacional da guarnição da capitania do Rio Negro:

Figura 1 – Estrutura organizacional da Guarnição do Rio Negro (1754-1773).



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do AHU (avulsos do Pará e Rio Negro) e APEP.

A organização das tropas pagas na guarnição do Rio Negro consistia em: 1) uma *praça d'armas* considerada o centro da guarnição da capitania; 2) *guarnições menores* situadas em fortificações, vilas e povoações; 3) e por *tropas* destacadas para lugares diversos em casos específicos. Cabe ressaltar que com a criação da capitania de São José do Rio Negro, em 03 de março de 1755 (AMAZONAS, 1983, p. 69-74), esta guarnição ficaria responsável pela defesa do território da capitania e da vigilância de suas fronteiras. De acordo com Fabiano Vilaça dos Santos, a criação da

capitania era um projeto complementar à demarcação do Tratado de Madri, pois ambos representam a busca da consolidação dos domínios portugueses na região setentrional. Não foi à toa que o Arraial de Mariuá foi o local escolhido para abrigar a expedição demarcatória comandada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado e como ponto de encontro da comitiva espanhola (SANTOS, 2008, p. 189).

O Bispo do Grão-Pará, Frei Miguel de Bulhões e Sousa, informou que o estabelecimento da capitania do Rio Negro consistia em ficar “mais bem defendidas essas fronteiras confinantes com Castela e Holanda” (AMAZONAS, 1983, p. 75-78). Em convergência, Marcos Carneiro de Mendonça ressaltou que a criação da capitania ocorreu “para se ter maior segurança dessa importante região”, juntamente com a “rede de

“Para a boa segurança daquela fronteira”: Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)

fortificações criada pelo Gabinete de Pombal”, as quais foram responsáveis por transformar aquelas terras de ninguém em terras luso-brasileiras (MENDONÇA, 2005, p. 48). Também, o governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, registrou que o estabelecimento da capitania era “essencial” para a “conservação” dos domínios portugueses nos confins da Amazônia:

O outro estabelecimento da fundação da nova Capitania de São José do Rio Negro é tão essencial, que sem ela era impossível que Sua Majestade nunca fosse senhor desta grandíssima parte dos seus domínios mais do que no nome: a qual nunca serviu de outra coisa mais do que de asilo de celerados que aqui faziam quantas atrocidades se pode imaginar, dando-se sempre uma dificuldade grande em se evitarem aquelas desordens; porque, além de em muitas delas serem os seus autores bem apadrinhados, a larguíssima extensão deste imenso país não permitia que se dessem as eficazes providências que eram precisas para as evitar (MENDONÇA, 2005, p. 374-375).

Portanto, para que pudesse manter a “ordem” e “conservação” da “larguíssima extensão deste imenso país” foi necessário, mais tarde, a partir de 1754, destacar tropas para formar guarnições menores com intuito de defender pontos estratégicos naquela região. À princípio, as tropas pagas foram destinadas a guarnecer as “bocas” dos rios que foram utilizadas como marcos fronteiriços, como no rio Solimões nas “bocas” dos rios Japurá e Javari (fronteira externa com Castela), na rota Madeira até a foz do rio Mármore (fronteira interna, com a capitania do Mato Grosso), e no rio Negro até a fortaleza de São José de Marabitanas (fronteira externa com Castela), estas ocupações militares fundamentava-se nas instruções de Sebastião José de Carvalho e Melo (MENDONÇA, 2005, p. 470).

Assim, pôr guarnições menores nas “bocas” dos rios tornou-se uma estratégia de ocupação e defesa utilizada pela Coroa portuguesa, isso ocorria através da mobilização de corpos militares que foram distribuídas no território da capitania, obedecendo o “triângulo” formado pelas conexões entre a cidade de Belém, na capitania do Pará, vila de Barcelos, na capitania do Rio Negro e da vila Bela, na capitania do Mato Grosso, como tem instigado Marcos Carneiro (MENDONÇA, 2005, p. 41).

O “NÚMERO DE TROPA QUE GUARNECE ESTA CAPITANIA”: DISTRIBUIÇÃO DE SOLDADOS PELOS RIOS AMAZÔNICOS

Outra estratégia da Coroa portuguesa para a vigilância da “fronteira ocidental” foi a distribuição de soldados por núcleos coloniais na capitania do Rio Negro. Como observou Wania Alexandrino, a manutenção do território do Grão-Pará impulsionou as autoridades coloniais e militares a formar uma “lógica de distribuição de soldados” em que estes indivíduos eram “obrigados a se deslocar para o local onde as autoridades entenderem mais necessitar de defesa”, tratando-se, portanto, de uma mobilização compulsória e involuntária (VIANA, 2016, p. 237). Partindo deste pressuposto, neste tópico discutiremos sobre a “lógica de distribuição” de soldados para a capitania do Rio Negro, buscando identificar para quais locais da capitania os soldados foram destacados.

“Para a boa segurança daquela fronteira”: Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)

Na “fronteira ocidental”, os núcleos coloniais foram formados a partir de antigos aldeamentos e fortificações como estabelecidos nas medidas de povoamento empreendidas pela Coroa portuguesa. Na década de 1750, o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, apresentava os indícios destas medidas para a “fronteira ocidental” do Estado do Grão-Pará e Maranhão: o acantonamento de tropas de infantaria e granadeiros no rio Negro, cuja ocorreu nas aldeias missionárias sob administração dos carmelitas no período de 1754 a 1757 (MENDONÇA, 2005, p. 149). Com o estabelecimento do “Diretório que se deve observar nas povoações de índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o Contrário”, em 1757, a distribuição de tropas pagas ocorria em vilas e povoações da recém criada capitania de São José do Rio Negro.

A partir de 1762, a distribuição de soldados por núcleos coloniais tornou-se mais sistematizada nos registros produzidos pela burocracia militar na capitania. Segundo o governador do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, até aquele ano “o número de tropa que guarnece esta capitania, e quanto a sua distribuição, não tinha inovada coisa alguma” (APEP, cód. 133, doc. 106, fl. 259). Tinoco Valente se referia às três companhias existente na guarnição, as quais estavam organizadas desde o governo do capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (AHU, avulsos do Pará, cx. 45, doc. 4111), e do governador do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas, que considerava o número de soldados justo para aquela guarnição em 1759 (APEP, cód. 96, doc. 11, fls. 66-73). Entretanto, com a ordem metropolitana para organizar os corpos militares nas conquistas devido a guerra dos Sete anos (APEP, cód. 128, doc. 64, fl. 221), Joaquim Tinoco Valente comentava ao governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Feire, que:

nem por isso devo deixar de dizer a vossa excelência que o não experimentar as influências da mesma guerra, seria talvez a causa de senão conhecer a sua diminuição de forças, e eu querer me aprontar na paz, para o que me poder suceder parece nem por isso devo ficar criminoso. Que quando a ocasião permitisse mostrar cada um o seu valor, não me embaraçaria a diminuição de gente, a fiel obrigação que tenho de desempenhar o respeito ao meu soberano, porque em satisfazer com a vida mostrava igualmente a diligência de real vassalo (APEP, cód. 133, doc. 106, fl. 259).

Verifica-se na missiva, que Tinoco Valente reconhecia a “diminuição de forças” militares em uma guarnição de fronteira. Do quantitativo de soldados destacados para a guarnição do Rio Negro foi possível acompanhar o “estado efetivo” de fortificações, povoações e vilas localizados nos principais rios amazônicos no território⁴ da capitania do Rio Negro. Este território localizava-se na “fronteira ocidental” e configurou-se pela “necessidade indispensável” de povoá-la e defendê-la, como esclareceu o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo:

a ereção do novo governo de São José do Rio Negro, o qual agora bem vereis que deve ser promovido com o maior cuidado pela indispensável necessidade de se povoar essa fronteira ocidental, e de segurarmos com ela a navegação do rio Madeira

⁴ O emprego deste termo fundamenta-se na perspectiva da Coroa portuguesa: “o território do sobredito governo [da capitania de São José do Rio Negro] se estenderá pelas duas partes do norte, e do ocidente até as duas raias setentrional, e ocidental dos domínios de Espanha, e pelas outras duas partes do oriente, e do meio dia lhe determinareis os limites que vos parecerem justos, e competentes para os fins acima declarados” (AMAZONAS, 1983, p. 69-74).

“Para a boa segurança daquela fronteira”: Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)

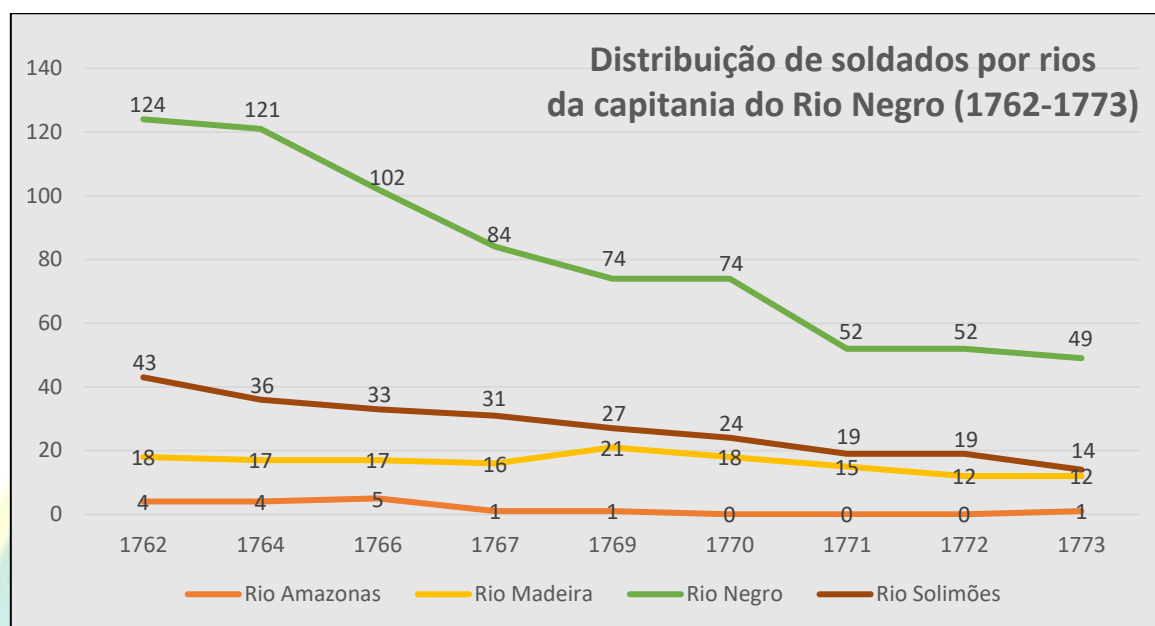
para o Mato Grosso, e a passagem daquelas minas para o Cuiabá. Sobre o que escuto advertir-vos que as aldeias que os espanhóis houverem desocupado desta parte oriental do dito rio sejam logo apreendidas, e que, se alguma estiver ainda por evacuar, que deveis fazer toda a possível diligência para saírem dela os ditos espanhóis, e por introduzir no lugar deles portugueses, valendo-vos para isso das cautelas e dos meios com que instruí Gomes Freire pela sobredita carta secretíssima de 21 de setembro de 1751; e dos que para essa parte vos aponte depois na outra secretíssima carta que vos escrevi em 15 de maio de 1753 (MENDONÇA, 2005, p. 334).

As recomendações de Carvalho e Melo para seu irmão, o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, já em estadia no Rio Negro, apresentava quatro estratégias de colonização para a “fronteira ocidental”: 1) as medidas de ocupação para a “parte oriental” do rio Madeira, introduzindo portugueses nas “aldeias” que antes os espanhóis administravam; 2) as estratégias de ocupação da “fronteira ocidental” referindo ao repovoamento de “aldeias” dos espanhóis; 3) a “evacuação” dos jesuítas das aldeias; 4) o controle e vigilância do rio Madeira (navegação Madeira - Mato Grosso - Cuiabá); estratégias apontadas nas cartas secretas por Gomes Freire durante o contexto geopolítico de demarcação na Amazônia.

Por outro lado, a capitania do Rio Negro era um espaço heterogêneo, formado a partir das territorialidades de diversos sujeitos e da lógica de cada *sertão* (CHAMBOULEYRON, 2016; MELLO, ROCHA, 2020). Essa assertiva permite inferirmos que em cada região da capitania as medidas de defesa eram estabelecidas de forma particular, obedecendo a “lógica dos *sertões*” (VIANA, 2015, p. 107-110) conjugadas à “logística da guerra” (KEEGAN, 2006, p. 391). Dessa forma, consideramos a abordagem da “história militar do ponto de vista regional” (CASTRO, IZECKSOHN, KRAY, 2004, p. 31), vislumbrando a partir da distribuição das tropas pagas a diversidade da experiência militar na Amazônia portuguesa, pensando a distribuição de soldados diante da relação dos *sertões* amazônicos com a guarnição da capitania do Rio Negro. No gráfico abaixo, apresentamos o quantitativo de soldados destacados em núcleos coloniais situados às margens dos principais rios na capitania:

**“Para a boa segurança daquela fronteira”:
Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)**

Gráfico 1 – Distribuição de soldados por rios da capitania do Rio Negro (1762-1773)



Ao que parece a mobilização de soldados pelos rios amazônicos é importante para inferirmos os significados da defesa para a Coroa portuguesa, isto é, como as autoridades coloniais e metropolitanas faziam leituras das “variantes territoriais” (VIANA, 2016, p. 237) e da fluvialidade na capitania do Rio Negro (CHAMBOULEYRON; SOUSA, 2019). Neste caso, entende-se como os rios (Amazonas, Madeira, Negro e Solimões) tiveram papel central na organização e distribuição da gente de guerra em espaços como fortificações, povoações e vilas que sinalizavam pontos militarizados na capitania do Rio Negro.

No rio Amazonas os soldados eram destacados nas vilas de Silves (antiga aldeia de Saracá) e Serpa (antiga aldeia de Abacaxis). Apesar de uma quantidade inexpressiva de soldados, se comparado com outros rios, as vilas estavam localizadas na principal rota de acesso à capitania do Pará, razão pela qual considerava-se pontos estratégicos e importantes. Na tabela abaixo, apresenta-se o “estado efetivo” deste rio:

Tabela 1 – Soldados destacados em núcleos coloniais no rio Amazonas

Núcleos coloniais / Anos	1762	1764	1766	1767	1769	1770	1771	1772	1773
Vila de Silves	4	4	5	1	1	-	0	0	0
Vila de Serpa	0	0	0	0	0	0	-	-	1
Total	4	4	5	1	1	0	0	0	1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos “Mapas do estado efetivo em que se acha a tropa que guarnece a Capitania de São José do Rio Negro”.

Para além da vigilância do rio, as vilas de Silves e Serpa estavam ligadas ao fornecimento de “pão de munição” (farinha de mandioca) para Arraial de Mariuá / vila de Barcelos, isto é, concentrando-se em atividades de abastecimento militar, principalmente, em momento de “carência de farinha” (APEP, cód. 54,

“Para a boa segurança daquela fronteira”: Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)

doc. 70, fls. 296), visto que recorrentemente em momento de crises de abastecimento na capitania, as vilas foram alvos das medidas administrativas de governadores de capitania que incentivavam índios e moradores a fazer “grandíssimos roçados”, “por serem ali as melhores terras que há nesta capitania”, informou o governador do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas (APEP, cód. 99, doc. 3, fls. 9-12). Em 1762, fica evidente a partir dos relatos de outro governador do Rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrada, que as farinhas das ditas vilas eram destinadas à praça militar de Barcelos e às áreas de fronteiras externas, por exemplo, a guarnição da Casa-Forte de São José de Marabitanas, as quais eram conduzidas em canoas pelos índios (APEP, cód. 99, doc. 94, fls. 330-332).

Ao sul, a defesa do rio Madeira, afluente do rio Amazonas, se caracterizou por ser a principal rota que conectava a capitania do Mato Grosso com as capitanias do Pará e Rio Negro, pela presença de espanhois e pela resistência *Mura*. Naquele rio havia um destacamento, o qual estava situado na vila de Borba, a nova. De acordo com o Bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa, a “escolta militar” conservada, ainda, na aldeia de Trocano tinha por finalidade “evitar os descaminhos do ouro em pó, pela suposta desordenada cobiça”, tendo em vista que a vila fazia “parte do caminho que ligava as Minas do Mato Grosso e a Cidade do Pará” (AHU, cx. 38, doc. 3599), sendo, portanto, um “entreposto” fiscal e de defesa do rio Madeira. Anos mais tarde, em 1759, o governador do Rio Negro, Joaquim de Melo e póvoas, informava que Borba e Javari eram “os destacamentos mais importantes da capitania”, justamente porque impedia o acesso dos espanhois ao Estado do Grão-Pará e Maranhão através dos rios Madeira e Solimões (APEP, cód. 96, doc. 11, fls. 66-73).

Na década de 1760, algumas autoridades militares reforçava a importância estratégica do destacamento de Borba devido a rota que ligava as capitanias do Pará e Mato Grosso, discurso utilizado para reforçar os pedidos de “socorro” de recursos humanos e materiais para aquele destacamento. Durante a década de 1760, conservou-se um destacamento significativo na vila de Borba, cerca de 8,23% dos soldados da guarnição do Rio Negro eram destinados àquela vila, como podemos observar a partir da tabela:

Tabela 2 – Soldados destacados em núcleos coloniais no rio Madeira

Núcleo colonial / Anos	1762	1764	1766	1767	1769	1770	1771	1772	1773
Vila de Borba	17	17	16	21	18	15	12	12	10
Total	17	17	16	21	18	15	12	12	10

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos “Mapas do estado efetivo em que se acha a tropa que guarnece a Capitania de São José do Rio Negro”.

Em 1761, o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Mello e Castro, ordenava ao governador do Rio Negro, Gabriel de Sousa Filgueira, para mandar “engrossar o destacamento da Vila de Borba [...] para no caso de ser preciso ao Ex. Sr. D. Antonio Rolim algum socorro, achar pronto para algum incidente” (APEP, cód. 99, doc. 21, fls. 60-61). Dessa forma, inferimos que do destacamento de Borba remetia para o destacamento da “fortaleza” de Santa Rosa (capitania do Mato Grosso) provisões e “auxílios”,

**“Para a boa segurança daquela fronteira”:
Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)**

como homens, armas, fardamentos, gêneros alimentícios, enfim, “socorro” como expressam os comandantes em correspondências sobre assuntos militares.⁵

Outra diligência a qual os soldados destacados em Borba estavam empenhados era conter os movimentos dos *Mura*. Em carta de 18 de outubro de 1761, o comandante da vila de Borba, Domingos Franco, pedia “sem perda de tempo” o socorro de oito soldados e três canoas “para irem até a Cachoeira do Rio Madeira para conter os “costumados insultos” dos índios *Mura* (APEP, cód. 99, doc. 31, fls. 104-105). Anos mais tarde, em 1766, João de Souza Menezes relatou como os indígenas causavam “danos” e “bastante demora na tropa em ordem de defesa” da cachoeira do rio Madeira. Essa situação ocorreu devido as dez vezes que os *Mura* largaram “grande número de flechas” entre os soldados, entre “muitos consentimentos que fizeram, mataram dois índios e flecharam vários soldados e na defesa que fizeram mataram dois gentios” (APEP, cód. 127, doc. 23, fl. 52).

A oeste do território do Rio Negro, o rio Solimões concentrou a segunda maior quantidade de soldados destacados, sobretudo, desde quando as tropas pagas foram destinadas à campanha de demarcação e vigilância das fronteiras externas em 1755 (AHU, avulsos do Rio Negro, cx. 1, doc. 32). Essa incidência de destacamentos ocorreu devido a “boa defesa da fronteira” e pelo “grande cuidado” com o rio Solimões, onde havia “notícias” pelos quais os castelhanos poderiam entrar “mais facilmente por aquela parte do que pelas cachoeiras” do rio Negro, esta situação levou o governador do Rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrada, a “socorrer com soldados” em “muitas partes” daquele rio. Portanto, a pretensão de Botelho Andrada era para que os soldados estivessem “prontos a qualquer movimento que possa haver do inimigo” castelhano (APEP, cód. 99, doc. 71, fls. 147-151). Abaixo, apresenta-se o “estado efetivo” dos núcleos coloniais localizados no rio Solimões.

Tabela 3 – Soldados destacados em núcleos coloniais no rio Solimões

Núcleos coloniais / Anos	1762	1764	1766	1767	1769	1770	1771	1772	1773
Fortaleza de São José do Javari	24	15	13	14	17	11	3	2	4
Fortaleza de São Francisco Xavier da Tabatinga	-	-	-	-	-	-	10	12	6
Vila de Ega	5	5	6	4	3	2	-	-	-
Vila de Olivença	-	-	-	0	0	-	-	-	-
Lugar de Alvelos	8	5	5	4	4	5	3	3	1
Lugar de Nogueira	1	5	2	2	-	-	-	-	-
Lugar de Alvarães	-	3	4	3	1	3	2	-	1
Lugar de Fonte Boa	-	2	1	0	1	1	1	2	1
Lugar de Castro de Avelãs	-	1	-	2	0	-	-	-	-
Pesqueiro Real de Manacapuru	5	-	2	2	1	2	-	-	1
Total	43	36	33	31	27	24	19	19	14

⁵ APEP, correspondências de diversos com o governo, cód. 100, doc. 62, fls. 153-157; cód. 122, fl. 225; cód. 131, fl. 420; cód. 133, doc. 28, fl. 74; cód. 134, doc. 19, fls. 49-51.

“Para a boa segurança daquela fronteira”: Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos “Mapas do estado efetivo em que se acha a tropa que guarnece a Capitania de São José do Rio Negro”.

Observa-se que o lugar mais guarnecido foi a “fortaleza” de São José do Javari. A partir de 1756, formou-se um destacamento localizado às margens do rio Javari por ser, inicialmente, a “sede” do “governo [da capitania] de São José do Javari” (AMAZONAS, 1983, p. 81). Em 1762, o governador do Rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrada, considerava “aquele lugar no tempo presente, importantíssimo para se ter nele todo o cuidado” devido a “prevenção” e vigilância dos “passos dos castelhanos no rio Solimões” (APEP, cód. 99, doc. 48, fls. 160-164), solicitando a construção de uma “Casa-Forte” já que “o destacamento do Javari era o mais principal daquele rio” (APEP, cód. 99, doc. 89, fls. 314-315). Através da tabela 3, verifica-se que até 1770 era conservado um pequeno destacamento no Javari, posterior a este ano o alojamento daquelas tropas é deslocado para outro ponto estratégico na fronteira: o sítio da Tabatinga.

Em 1769, a Coroa portuguesa transferiu soldados para sítio da fortaleza de São Francisco Xavier da Tabatinga. Devido a “pretensão” dos espanhóis em ocupar esta região (AHU, ex. 66, doc. 5711), D. José I em carta de 8 de junho de 1769 ordenou a construção de uma povoação e fortificação (APEP, cód. 111, doc. 37, fl. 79), transferindo parte do destacamento do Javari para Tabatinga, onde, inicialmente, conservou-se um “aquartelamento de soldados” em 1770 (APEP, cód. 111, doc. 38), e a construção de uma fortificação a partir de 1776. Além desses lugares, a vila de Ega, os lugares de Alvelos e Alvarães eram guarnecidas por poucos soldados durante anos específicos. Assim, a distribuição das tropas pagas ocorreu nos seguintes núcleos coloniais: nas fortalezas de São José do Javari e São Francisco da Tabatinga; nas vilas de Ega e Olivença; nos lugares de Alvelos, Nogueira, Alvarães, Fonte Boa, Castro de Avelãs e o Pesqueiro Real de Manacapuru.

No noroeste da capitania, o rio Negro concentrou o maior contingente militar, isto é, apresentou a maior quantidade de soldados destacados em núcleos coloniais situados às margens do rio (observe o gráfico 1). Esta incidência permite inferirmos que diante do sistema defensivo da capitania, o rio apresentava uma importância militar e estratégica, se comparada com outros. Na tabela abaixo verifica-se a relação entre o quantitativo de soldados que guarneciam no rio Negro em comparação ao da guarnição da capitania do Rio Negro:

**“Para a boa segurança daquela fronteira”:
Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)**

Tabela 4: Frequência de soldados destacados em núcleos coloniais no rio Negro em relação ao quantitativo de soldados da guarnição da capitania do Rio Negro (1761-1773).

Anos	Soldados destacados no rio Negro	Soldados na Guarnição da capitania do Rio Negro	Frequência (%)
1762	124	243	51,02%
1764	121	219	55,25%
1766	102	247	41,29%
1767	84	247	34%
1769	74	191	38,74%
1770	74	171	43,27%
1771	52	134	38,80%
1772	52	137	37,95%
1773	49	140	35%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos “Mapas do estado efetivo em que se acha a tropa que guarnece a Capitania de São José do Rio Negro”.

A análise dos dados demonstra que nos anos de 1762 e 1764 metade dos soldados da guarnição da capitania estavam destacados em fortificações, povoações e vilas no rio Negro, compreendendo respectivamente 51,02% e 55,25% do efetivo total da guarnição da capitania. Os anos de 1766 e 1770, no rio Negro concentrava-se um pouco mais que 40% daquela guarnição, e nos anos de 1767, 1769, 1771, 1772 e 1773 a região agregava um pouco mais que 30% do efetivo completo da guarnição do Rio Negro.

A partir da relação ponderada contida na tabela, nota-se que o rio Negro era uma região em destaque diante do sistema defensivo da capitania. Isso se deve: 1) ao processo de ocupação, expansão e vigilância do rio, posto que constituía-se como uma das principais rotas de navegação para os domínios do Vice-Reino da Nova Granada; 2) por aquele *sertão* ser considerado o “celeiro” de mão de obra indígena para o Estado do Maranhão e Grão-Pará (mais tarde, Grão-Pará e Maranhão), sofrendo forte atividade escravista entre as décadas de 1730 e 1750 (CHAMBOULEYRON, 2016; MAIA, 2020; MELLO; ROCHA, 2020), razão pela qual, durante o reinado de D. José I, “o oeste da capitania do Rio Negro era uma região de fronteiras onde a grande maioria da população era composta por índios” (MELLO; ROCHA, 2020); 3) pelo incremento do comércio das “drogas dos sertões” no rio Negro, na primeira metade do século XVIII (CHAMBOULEYRON, 2016; NORONHA, 1862), prática estimulada durante a governação pombalina na capitania (UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, 1983); 4) porque naquele rio estava situado a praça militar da guarnição no Arraial de Mariuá (1754-1758) ou vila de Barcelos (e, também, sede do governo da capitania).

Durante o reinado de D. José I, os destacamentos eram enviados para pontos fortificados ao longo do rio, como na Barra do rio Negro, São Gabriel da Cachoeira e São José de Marabitanas, além do Arraial de Mariuá ou Vila de Barcelos, em 1757, a qual era considerada a Praça d’Armas que abrigava a guarnição da capitania. Assim como formou-se alguns destacamentos em casos específicos, os quais foram destinados às vilas de Moura, Moreira e Tomar, e nos lugares de Airão, Carvoeiro, Poiães e Lomalonga. Essa mobilização é explícita na tabela abaixo:

**“Para a boa segurança daquela fronteira”:
Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)**

Tabela 5 – Soldados destacados em núcleos coloniais no rio Negro

Núcleos coloniais / Anos	1762	1764	1766	1767	1769	1770	1771	1772	1773
Fortaleza da Barra do Rio Negro	11	8	10	11	9	11	9	10	9
Casa Forte de São José de Marabitanas	-	26	30	27	23	23	20	20	17
Guaritas de São Gabriel da Cachoeira	52	20	30	28	24	24	20	20	19
Vila de Moura	12	4	6	3	5	2	1	1	1
Vila de Moreira	5	3	1	4	2	2	-	-	1
Vila de Tomar	12	6	9	4	3	6	0	-	-
Lugar de Airão	0	2	2	0	2	2	1	-	1
Lugar de Carvoeiro	10	3	8	1	0	0	1	1	1
Lugar de Poiães	6	5	4	4	3	2	-	-	-
Lugar de Lomalonga	1	3	2	2	3	2	0	0	-
Total	124	121	102	84	74	74	52	52	49

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos “Mapas do estado efetivo em que se acha a tropa que guarnece a Capitania de São José do Rio Negro”.

Os dados da tabela revelam que a maior quantidade de soldados era destacada em lugares fortificados como em São Gabriel da Cachoeira, São José de Marabitanas e na fortaleza da Barra do rio Negro. Por essa incidência, deduzimos uma estratégia da Coroa portuguesa e das autoridades locais, posto que as duas primeiras eram pontos estratégicos na expansão portuguesa nos rios Negro-Cassiquiare-Orinoco, região do alto rio Negro, onde engenheiro Filipe Sturm juntamente do alferes Francisco Rodrigues deveriam espionar e coletar informações da ocupação espanhola, a partir de 1762 (APEP, cód. 114, doc. 71, fls. 249-250). Quanto à fortaleza da Barra do rio Negro, era considerada a “porta por onde se passava a entrada para este rio” e localizada no “centro da capitania” – compreendia governador do Rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrada – essas condições faziam da fortaleza um lugar que permitisse socorrer “as partes das suas circunferências”, assim como dos rios Amazonas e Madeira, e, principalmente, evitaria o bloqueio das povoações do rio Negro (APEP, cód. 99, doc. 91, fls. 319-321).

Na mesma direção, em carta de 12 de março de 1763, quando o governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, expunha ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, algumas recomendações de “pessoas experientes daquela capitania”, reforçava a importância de destacar soldados nas extremidades rio Negro, visto que

estando defendido o passo aos inimigos nas povoações dos Marabitanas, e Casa Forte da Cachoeira Grande, só faltava segurar a capitania pela parte dos rios Solimões, e Madeira, por onde se os castelhanos viessem e tomassem a Fortaleza [de Barcelos], ficavam as nossas tropas em um bloqueio, impossibilitados de todo o socorro que é precisamente havia de entrar por aquela parte crescendo a utilidade de não precisar tanto número de soldados, pois bastava que as duas extremidades dos rios estivessem bem guarnecidas para estar defendida toda a capitania (AHU, avulsos do Pará, cx. 54, doc. 4903)

“Para a boa segurança daquela fronteira”: Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)

Como depreende-se, a vila de Barcelos localizava-se em um lugar estratégico que atendia a tática de defesa do rio Negro, contudo havia a possibilidade de um “bloqueio” da praça militar, caso não houvesse destacamentos nos rios Solimões e Madeira. Portanto, as extremidades dos rios continuavam sendo alvo de alojamentos de tropas pagas, como no rio Negro com a Casa forte de São José de Marabitanas e a fortaleza da Barra do rio Negro, no Solimões com a fortaleza de São Francisco Xavier da Tabatinga, assim como Barcelos e a vila de Borba funcionavam como pontos de vigilância e fiscalização ao longo dos rios Negro e Madeira, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na segunda metade do século XVIII, a demarcação de limites da “parte setentrional do Brasil” impulsionou a mobilização e reorganização dos corpos militares no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Alguns fatores ligados a este contexto geopolítico, como a demarcação de limites entre os domínios castelhanos e portugueses, a vigilância das áreas de fronteiras externas e a manutenção da ordem interna, foram questões que incidiram no (re)ordenamento das tropas pagas, sobretudo, na instalação de guarnições em áreas fronteira, como no Rio Negro que estava vinculada aos Regimentos de Infantaria de Macapá e do Pará. No Rio Negro, a mobilização ocorria do Arraial de Mariuá ou praça militar de Barcelos para guarnições menores em fortificações e vilas, e para outros lugares durante eventualidades.

Observa-se diante da mobilização compulsória naquela guarnição que a lógica da fluvidade determinou a distribuição de soldados, visto que os destacamentos eram direcionados, inicialmente na década de 1750, para as “bocas” dos rios, posterior, para pontos estratégicos ao longo dos rios, como fortificações e algumas vilas. É notório que a distribuição de soldados se fez na bacia hidrográfica do rio Amazonas e seus afluentes, rios Madeira, Negro e Solimões. Assim, entende-se por meio do relato de Manuel Bernardo de Melo e Castro, que os principais pontos estratégicos para o sistema defensivo do Rio Negro eram as extremidades do rio Negro, a oeste com as guaritas de São Gabriel da Cachoeira, posterior a 1762, com a fortaleza de São José de Marabitanas, a leste com a fortaleza da Barra do rio Negro; a área de fronteira externa do rio Solimões (com destaque para os destacamentos da vila de São José do Javari ou sítio da Tabatinga); e o domínio e controle da rota Madeira-Mamoré (destacamento da vila de Borba). Guarnecer estes rios com gente de guerra significava manter “a boa segurança daquela fronteira”, como definiu o governador do Rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrada em 1762 (APEP, cód. 99, doc. 96, fls. 345-346).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Política indigenista e políticas indígenas no tempo das reformas pombalinas. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia (Orgs.). **A “Época Pombalina”**: o mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BRITO, Adilson Júnior Ishihara. **Insubordinados sertões**: O Império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul – Estado do Grão-Pará, 1750-1820. 2006. 588f. Tese (Doutorado) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

**“Para a boa segurança daquela fronteira”:
Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)**

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Uma sociedade colonial em expansão. O Maranhão e o Grão-Pará de meados do século XVII a meados do século XVIII. In: HULSMAN, Lodewijk A. H. C.; CRUZ, Maria Odileiz Sousa (Orgs.). **Fazenda e Trabalho na Amazônia, mão de obra nas Guianas**. O caso de Berbice (1726-1736). Boa vista: EDUFRR, 2016.

CHAMBOULEYRON, Rafael; SOUSA, Luís Costa e. **Rivers and Shores: ‘Fluiviality’ and the occupation of Colonial Amazonia**. Peterborough, Canadá: Baywolf Press, 2019.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos**: Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

KEEGAN, John. Logística e suprimentos. In: **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do iluminismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MAIA, Lívia Lariça Silva Forte. **“De Costas Para o Mar”**: o descaminho e a transgressão no comércio de cativos indígenas na Amazônia colonial. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e; ROCHA, Rafael Ale. História e historiografia da Capitania de São José do Rio Negro (1755-1823). In: QUEIRÓS, César Augusto B. (Org.). **Historiografia amazonense em perspectiva**. Manaus: Editora Valer, 2020.

NORONHA, José Monteiro de. **Roteiro da cidade do Pará até as últimas colônias dos domínios portugueses em os rios Amazonas e Negro**. Pará: Typographia de Santos & Irmaos, 1862.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos**: Etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. **O governo das conquistas do norte**: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). 440f. 2008. Tese (Doutorado) em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa**: Mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII. Tese do Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SILVA, Antônia de Moraes; BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza** composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Vol. 1 [letras A-K]. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

SOUTHEY, Robert. **História do Brazil**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

VIANA, Wania Alexandrino. O ônus da defesa: uma abordagem sobre as tropas e o recrutamento militar no Estado do Maranhão e Pará (primeira metade do século XVIII). In: **História Militar da Amazônia: guerra e sociedade (séculos XVII-XIX)**. CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva (Orgs.). 1ª ed. Curitiba-PR: CRV, 2015.

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU:

Avulsos da capitania do Pará

**“Para a boa segurança daquela fronteira”:
Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)**

Ofício do governador interino do Estado do Maranhão e Pará, Bispo do Pará, D. fr. Miguel de Bulhões e Sousa, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real. Pará, 12 de agosto de 1755. **AHU**, avulsos do Pará, cx. 38, doc. 3599.

Ofício do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, para o capitão-general, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 13 de agosto de 1759. **AHU**, avulsos do Pará, cx. 45, doc. 4111.

Carta número 7, auto de 1769 – “Catálogo cronológico e analítico do Arquivo e Registo geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, correspondente aos ofícios e resoluções dos governos das capitanias do Pará, Mato Grosso e São José do Rio Negro, desde o ano de 1766 até o ano de 1770, incluindo os respectivos suplementos”. Post. 1770. **AHU**, avulsos do Pará, cx. 66, doc. 5711.

Ofício do governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Pará, 15 de dezembro de 1772. **AHU**, avulsos do Pará, cx. 69, doc. 5916.

Ofício do governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Pará, 15 de março de 1777. **AHU**, avulsos do Pará, cx. 73, doc. 6382.

Avulsos da capitania do Rio Negro

Ofício do Governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 06 de junho de 1755. **AHU**, avulsos do Rio Negro, cx. 1, doc. 18.

Ofício do governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao secretário de estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 12 de julho de 1755. **AHU**, avulsos do Rio Negro, cx. 1, doc. 32.

Arquivo Público do Estado do Pará – APEP:

Carta de Lourenço Pereira da Costa para governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Feire. Vila de Barcelos, 30 de setembro de 1761. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 54, doc. 70, fl. 296.

Carta do governador do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas, para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Melo e Castro. Vila de Barcelos, 31 de julho de 1759. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 96, doc. 11, fls. 66-73

Carta do governador do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas, para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Mello e Castro. Vila de Barcelos, 17 de fevereiro de 1760. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 99, doc. 3, fls. 9-12.

Carta do governador do Rio Negro, Gabriel de Sousa Filgueira, para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Mello e Castro. Vila de Barcelos, 1 de maio de 1761. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 99, doc. 21, fl. 60-61.

Carta do governador do Rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrada, para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Melo e Castro. Vila de Barcelos, 15 de janeiro de 1762. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 99, doc. 48, fl. 160-164.

Carta do governador do Rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrada, para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Melo e Castro. Vila de Barcelos, 3 de agosto de 1762. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 99, doc. 71, fl. 147-151.

Carta do governador do Rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrada, para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Melo e Castro. Vila de Barcelos, 18 de novembro de 1762. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 99, doc. 89, fls. 314-315.

**“Para a boa segurança daquela fronteira”:
Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)**

Carta do governador do Rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrada, para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manoel Bernardo de Melo e Castro. Vila de Barcelos, 18 de dezembro de 1762. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 99, doc. 91, fls. 319-321.

Carta do governador do Rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrada para o governador Manoel Bernardo de Melo e Castro. Vila de Barcelos, 22 de dezembro de 1762. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 99, doc. 94, fls. 330-332.

Carta do governador do Rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrada para o governador Manoel Bernardo de Melo e Castro. Vila de Barcelos, 29 de dezembro de 1762. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 99, doc. 96, fls. 345-346.

Carta do governador do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive. Vila de Barcelos, 24 de julho de 1770. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 111, doc. 37, fl. 79.

Carta do comandante Francisco Coelho da Silva para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive. São Francisco Xavier da Tabatinga, 24 de abril de 1770. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 111, doc. 38.

Carta do governador do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, para o governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive. Barcelos, 19 de agosto de 1770. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 111, doc. 52, fl. 114.

“Memória de ordens ou disposições que V. Ex.^a me recomendou pusesse na presença do Tenente Coronel e governador interino desta capitania do Rio Negro”. Carta de Francisco Rodrigues para o governador interino do Rio Negro, Valério Correa Botelho de Andrada. Pesqueiro de Manacapuru, 28 de maio de 1762. **APEP**, correspondências de diversos com o governo, cód. 114, doc. 71, 249-250.

Carta do ouvidor do Rio Negro, Lourenço Garcia da Costa, para o governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive. Barcelos, 9 de dezembro de 1763. **APEP**, correspondências de diversos com o governo cód. 128, doc. 64, fl. 221

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina**: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. Brasília: Senado Federal, 2005.

1º Tomo:

“Instruções régias, públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará”. Lisboa, 31 de maio de 1751, p. 67-80.

“Instrução assinada pela Real mão de S. Maj. a respeito das demarcações da parte norte”, p. 455 e 463.

Carta do secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, para Governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Lisboa, 10 de maio de 1752, p. 470.

2º Tomo:

71ª Carta, de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo. Pará, 8 de março de 1754, p. 149.

Carta Sebastião José de Carvalho e Melo para de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 17 de março de 1755, p. 334.

101ª Carta, de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo. Mariuá, 6 de julho de 1755, p. 374-375.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. **Carta do Primeiro Govenador da Capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas (1758-1761)**: Transcrições paleográficas. Manaus: Universidade do Amazonas, 1983.

**“Para a boa segurança daquela fronteira”:
Organização e mobilização de soldados da tropa paga na Capitania do Rio Negro (1754-1773)**

Carta régia de 03 de março de 1755, criando a Capitania de São José do Rio Negro, p. 69-74.

Carta do Bispo do Grão-Pará, Fr. Miguel de Bulhões e Sousa, ao governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 13 de maio de 1755, p. 76.

Carta Patente dada a Joaquim de Melo e Póvoas, governador da capitania de São José do Rio Negro. 13 de maio de 1755, p. 81-94.

Texto recebido em: 20/12/2022

Texto aprovado em: 15/12/2023

